# DOS COFRES PÚBLICOS ÀS SALAS DE AULAS: A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NACIONAL ATÉ O PDDE EQUIDADE.

Elaine Santiago Junqueira de Queiroz[1]

## INTRODUÇÃO

A presente discussão emerge da necessidade de compreender o financiamento educacional brasileiro como um investimento histórico fundamental para o conhecimento de gestores e da comunidade acadêmica. Conforme postula Monteiro (2012, p. 192) é necessário estudar o "tempo que, nessa dinâmica, exerce função estruturante nos processos cognitivos e na elaboração de conhecimento". O tema central articula a evolução histórica do financiamento da educação nacional até a implantação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) Equidade, sob a ótica de uma revisão sistemática da literatura, pois, é importante reconstruir a trajetória do financiamento da educação no Brasil até a criação do PDDE, compreendendo seus desafios e perspectivas (Pereira; Queiroz, 2025, p. 94). Ademais, no contexto escolar, essa reconstrução da linha cronológica do financiamento até o PDDE Equidade é fundamental para que o gestor compreenda os paradigmas construídos contemporaneamente, permitindo tomadas de decisão teoricamente embasadas na legalidade e na governança democrática. A problemática que norteia esta investigação questiona de que maneira essa evolução histórica influencia as práticas da gestão escolar voltadas à qualidade da educação.

O objetivo geral do estudo é compreender como essa trajetória histórica contribui para as práticas de gestão que visam a qualidade educacional. Especificamente, busca-se discutir a evolução da legislação e suas interfaces pedagógicas e administrativas; analisar as articulações entre teoria e prática financeira na garantia do ensino; e mapear documentos e pesquisas correlatos. A relevância deste estudo reside no caráter interdisciplinar que amplia o olhar crítico sobre o passado para compreender os desafios contemporâneos da governança democrática e da legalidade na escola, tendo em vista que em pesquisas anteriores realizadas dentro de um panorama de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Licenciatura em Pedagogia do *campus XI* da UNEB condesado em artigo no ano de 2025 e publicado na Revista Elite (Pereira; Queiroz, 2025) ficou nítido o desconhecimento por parte dos profissionais da educação tanto sobre a legalidade quanto sobre o histórico do financiamento. Além disso, a pesquisa surge de

[1] Pós-graduanda em Especialização em Gestão Escolar, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, elsantijunqueira@gmail.com

uma vivência concreta em uma escola estadual de nível médio, onde se observou que o conhecimento e a aplicação dos instrumentos legais de gestão financeira impactam diretamente a organização institucional e nos processos pedagógicos da escola. Nota-se um hiato preocupante: a carência de disciplinas sobre administração de recursos nos cursos de licenciatura gera equívocos que comprometem a eficiência das ações gestoras isso ainda recai sobre a falta de referências acadêmicas na comunidade científica e nos cursos de licenciaturas, já que discutir sobre o financeiro é culturalmente tenso.

## MÉTODO

Em primeiro momento, o presente trabalho resume os primeiros encaminhamentos de um itinerário investigativo em curso dentro da Especialização em Gestão Escolar, *lato sensu* da UFRB. A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de natureza básica e caráter descritivo-exploratório. O percurso metodológico adota o dispositivo do "Estado de Conhecimento", buscando sistematizar e analisar a produção científica recente sobre a temática. Para a coleta de dados, utilizou-se o cruzamento de informações em plataformas como o Portal de Periódicos CAPES, a plataforma Scielo e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

O processo de coleta revelou lacunas significativas na produção acadêmica atual. No Portal CAPES, utilizando o termo "financiamento da educação até o PDDE", encontrou-se apenas um artigo de 2015 sobre os 20 anos do programa, evidenciando uma defasagem de dez anos em relação aos novos desdobramentos do PDDE. Na plataforma Scielo, utilizando a palavra-chave Programa Dinheiro Direto na Escola e a filtragem feita com os anos de 2018, 2019, 2021, 2022 foram quatro artigos localizados e que não possuíam relação direta com a temática central, focando em especificidades como comunidades indígenas e sustentabilidade. Na BDTD, a busca avançada, em Correspondência de Busca que foi TODOS os termos como também os campos de busca preenchidos com Programa Dinheiro Direto na Escola, assinalada em Título, História em Todos os campos e Gestão Escolar em Todos os Campos. Também foi delimitado o Ano da publicação sendo de 2015 até 2025. retornou sete publicações (quatro dissertações e três teses); embora trouxessem o investimento histórico, estas pesquisas não aprofundavam a importância da temática de forma ampla, limitando-se a recortes municipalistas ou regionais.

Complementarmente, realizou-se uma análise documental rigorosa de fontes primárias,



incluindo a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Linha do Tempo do PDDE e o PDDE Interativo. O tratamento dos dados seguiu um viés analítico, buscando interpretar as normas legais e sua materialização nas práticas cotidianas.

## DISCUSSÕES E RESULTADOS

A gestão administrativa-financeira é um tema de grande amplitude, mas que culturalmente gera um sentimento de tensão no ambiente escolar. Historicamente, o campo pedagógico evita discutir finanças e valores, porém o estudo demonstra ser imprescindível romper essas barreiras para materializar a união entre o financeiro, o pedagógico e o jurídico, ressaltando como a Pedagogia pode ser comparada a um arquipélago, tendo em vista, ser um conjunto de áreas ligadas entre si, embora, separadas individualmente. Autores como Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) reforçam que o PDDE é parte integrante da estrutura organizacional da escola, não podendo ser tratado de forma isolada.

Os diálogos teóricos estabelecidos com Marques (2016) e Dourado (2007) ressaltam o papel crucial da equipe gestora na administração de recursos e os desafios inerentes a essa autonomia. A pesquisa aponta que as escolas contemporâneas desfrutam de maior autonomia e possuem leis próprias, o que exige um gestor capaz de mediar as ações educativas e institucionais com transparência. Entretanto, a realidade observada em campo revela que a falta de apropriação desses dispositivos legais por parte dos educadores dificulta o remanejo autônomo do capital financeiro.

Os resultados parciais indicam que a discussão sobre finanças na escola precisa ser ampliada para além do aspecto contábil, alcançando uma relevância social que convoca a comunidade a se assenhorear dos recursos. A análise evidencia que a transformação da educação deve ocorrer "de dentro das escolas para fora", começando pela capacitação dos gestores para implementar programas de recursos de forma eficiente. Além disso, identifica-se a necessidade urgente de reformular as bases epistemológicas das licenciaturas, integrando a gestão de recursos como parte da formação docente.

## CONCLUSÕES

A pesquisa conclui, até o momento, que a compreensão da historicidade do financiamento e do PDDE é uma ferramenta de emancipação e qualificação para gestores e coordenadores pedagógicos. Somente através do conhecimento da base legal e da trajetória das políticas



públicas será possível consolidar uma cultura de gestão democraticamente embasada e capaz de elevar os padrões da educação brasileira.

Por constituir uma pesquisa ainda em desenvolvimento, os resultados apresentados até o momento emergem da análise da hipótese central, articulada às experiências e reflexões previamente construídas pela autora ao longo de sua trajetória investigativa. A pesquisa (in)conclui que a compreensão da evolução histórica do financiamento educacional, especificamente do PDDE, constitui uma ferramenta de emancipação para a gestão escolar no âmbito da Educação Básica. A apropriação dos dispositivos legais não é meramente uma tarefa burocrática, mas um ato político e pedagógico que garante direitos e fortalece a governança democrática.

Espera-se, ao final desse processo, que este estudo contribua para preencher as lacunas identificadas na formação inicial de professores e incentive a participação ativa da comunidade escolar na fiscalização e uso dos recursos. Em suma, somente através de uma gestão que articule com maestria a legislação, a política e a prática administrativa será possível elevar os padrões de qualidade e transparência na educação pública brasileira. A transformação da educação deve ocorrer além das quatro paredes da sala de aula, a partir de uma gestão que articula as dimensões pedagógica, financeira, jurídica e política.

**PALAVRAS-CHAVE:** PDDE; História; Gestão Escolar.

## REFERÊNCIAS

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**, v. 28, p. 921-946, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/w6QjW7pMDpzLrfRD5ZRkMWr/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 19 maio 2025.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos).

MARQUES, Maria Inês Corrêa. Trajetórias de vida e autoformação no projeto de intervenção pedagógica do Curso de Gestão Escolar. In: ARAGÃO, José Wellington Marinho de; SOUZA, Lanara Guimarães de; CORDEIRO, Márcia de Freitas. (org.). **Entre reflexões e relatos:** vozes de sujeit@s implicad@s com a gestão educacional. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 193-205.

MONTEIRO, Ana Maria. Tempo presente no ensino de história: o anacronismo em questão. In: GONÇALVES, Márcia de Almeida; ROCHA, Helena; REZNIK, Luís; MONTEIRO, Ana

Maria (org.). **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 191-214.

PEREIRA, Ana Cristina Silva de Oliveira; QUEIROZ, Elaine Santiago Junqueira de. Gestão financeira e processos pedagógicos em escolas públicas de ensino médio: o PDDE em debate. **Revista Elite**, v. 1, n. 7, p. 89-114, 2025.

